



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INHAÚMA E SUDESTE BRASIL COOPERATIVA DE TRANSPORTES.


CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE INHAÚMA, pessoa jurídica de direito público, portadora do CNPJ 18.116.152/0001-10, com sede e administração na Praça Expedicionário Claudovino Madaleno nº 25, região central do município de Inhaúma/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Custodio Silva Junior, nacionalidade brasileira, estado civil casado, profissão comerciante, portador do CPF nº 989.279.456-53 e da Carteira de Identidade nº MG-6.090.318, residente e domiciliado no Município de Inhaúma/MG, doravante denominado MUNICÍPIO.


CONTRATADA: META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ nº 01.995.108/0001-24, com sede e administração na Av. Portugal, 1148, Quadra L 29, Lote 1E, sala B3404 Edif. Orion Busines, Bairro Set Marista Goiânia/Goiás, CEP: 74.150-030, neste ato representada por Djully Steffanny Ferreira, portadora do CPF nº 022.367.971-25, RG GO-6515228 SSP/GO, residente e domiciliado município de Goiânia – Goiás.

(1) **FINALIDADE** – O presente contrato tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual com vistas à execução dos trabalhos definidos e especificados na Cláusula Primeira, sendo que sua lavratura foi regularmente autorizada em despacho do Prefeito Municipal exarado no Registro de Preço nº 001/2023, oriunda do Pregão Presencial nº 001/2023, Processo Licitatório nº 001/2023

CLÁUSULA PRIMEIRA: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Técnicos Especializados em Assessoria, Consultoria no fluxo dos processos administrativos entre o RPPS e os órgãos de origem dos aposentados e pensionistas, triagem e preparação documental, gestão administrativa e financeira para levantamento de dados de valores devidos, encaminhamento e acompanhamento de processos e recobrimento de haveres, originalmente recolhidos a outros órgãos oficiais depositários em conformidade com a Lei 9.796 de 05 de maio de 1999: Dec. 3.112 de 06 de junho de 1999; Dec. 3.217 de 22 de outubro de 1999.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente instrumento contratual tem origem no Registro de Preço nº 001/2023, oriunda do Pregão Presencial nº 001/2023, Processo Licitatório nº 001/2023, homologado por decisão fundamentada do Prefeito Municipal, em conformidade com as normas ditadas pela Lei Federal nº 10.520, de 2002 e da Lei Federal nº 8.666, de 1993 e outras normas de direito civil e administrativo, aplicáveis subsidiariamente à espécie, estando a ele vinculado de forma total e plena, cujo objeto consiste na Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Técnicos Especializados em Assessoria, Consultoria no fluxo dos processos administrativos entre o RPPS e os órgãos de origem dos aposentados e pensionistas, triagem e preparação documental, gestão administrativa e financeira para levantamento de dados de valores devidos, encaminhamento e acompanhamento de processos e recobrimento de haveres, originalmente recolhidos a outros órgãos oficiais depositários em conformidade com a Lei 9.796 de 05 de maio de 1999: Dec. 3.112 de 06 de junho de 1999; Dec. 3.217 de 22 de outubro de 1999, incluindo, mas não se limitando à implementação e recuperação de estoque, apoio e treinando e orientando servidores para operacionalização, adoção de critérios de correção e adequação dos processos, estes visando elidir prescrição, além da otimização de movimentação e análise processual, conforme especificação.

 Praça Expedicionário Claudovino Madaleno, 25,
Centro, Inhaúma, CEP: 35763-000.

 (31) 3716-4201 / (31) 3716-4202

 comunicacao.prefeitura.inhauma@gmail.com
comunicacao@inhauma.mg.gov.br

 http://  www.inhauma.mg.gov.br/



CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO: O preço total para execução do objeto deste contrato é de:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL
A	<p>1- Entregar o RPPS de relatório de quantitativos de processos e a fase atual em que se encontram mensalmente.</p> <p>2- Elaborar os fluxos de processos entre o RPPS e os órgãos de origem funcional dos servidores que pleiteiam inatividade, aposentadoria e pensão junto ao RPPS.</p> <p>3- Orientações e modelos para coleta dos dados cadastrais de todos os servidores ativos titulares de cargos efetivos, aposentados e pensionistas, contendo informações funcionais que retratem a situação atual do servidor (órgão ao qual é vinculado, data da posse, data do último cargo, períodos de vínculos ao RGPS, etc), financeiras (remuneração, contribuição, etc.) e pessoais (composição familiar, sexo, data de nascimento, etc), entre outras informações para realização de panorama geral da situação dos servidores.</p> <p>4- Elaborar demonstração de previsão média de duração do recuperado. processo de inatividade, aposentadoria e pensão entre os órgãos de origem, RPPS e Tribunal de Contas do Município de INHAÚMA/MG.</p> <p>5- Elaboração de relatório de inconsistência de processos em trâmite perante o Ministério da Previdência Social e Regimes próprios de Previdência originários dos servidores do Município de INHAÚMA/MG, titulares de cargos efetivos, aposentados e pensionistas que compõem a população que tem como regime final o RPPS.</p> <p>6- Análise e assessoria no saneamento de todas as inconsistências dos dados servidores ativos titulares de cargos efetivos, aposentados, pensionistas e dependentes.</p> <p>Assessoria na elaboração de respostas aos órgãos fiscalizadores da RPPS.</p>	7,5% do valor recuperado
B	<p>7- Assessoria na elaboração de questionamentos aos regimes, em especial ao Regime Geral de Previdência e aos Regimes próprios originários que detém valores a compensar com o RPPS.</p> <p>8- Acompanhamento junto à Procuradoria Geral do Município de INHAÚMA/MG, da legalidade dos atos de aposentadoria e pensão dos servidores civis do Município de INHAÚMA/MG, sugerindo ajustes para saneamento de pendências.</p> <p>9- Acompanhamento junto à Procuradoria Geral do Município de INHAÚMA/MG da legalidade dos atos de reserva, reforma e pensão dos militares do Município de INHAÚMA/MG sugerindo ajustes para saneamento de pendências.</p> <p>10- Acompanhamento junto às secretarias de origem, recuperado. realizando diligências para acompanhamento do ajuste do cadastro dos servidores, visando dar celeridade nos processos de aposentadoria e pensão.</p> <p>11- Assessoria junto ao RPPS na formatação de planilha de cálculo nos casos de aposentadoria e pensão dos servidores públicos do Município de INHAÚMA/MG.</p> <p>12- Assessoria junto ao RPPS na adoção de atos administrativos e sugestões de encaminhamentos de projetos de lei visando maior eficiência e melhora no fluxo dos processos administrativos de aposentadoria, pensão, reserva e reforma dos servidores civis e militares do Município de INHAÚMA/MG.</p>	9,5 % do valor recuperado



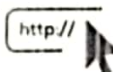
Praça Expedicionário Claudovino Madaleno, 25,
Centro, Inhaúma, CEP: 35763-000.



(31) 3716-4201 / (31) 3716-4202



comunicacao.prefeitura.inhauma@gmail.com
comunicacao@inhauma.mg.gov.br



http://www.inhauma.mg.gov.br/



	<p>13- Demais atividades atuariais necessárias para melhorias na gestão do RPPS do Município de INHAÚMA/MG.</p> <p>14- Relatório sobre contribuições previdenciárias devidas e não pagas.</p>	
C	<p>15- Treinamento e orientação para operacionalização Compensação Previdenciária (COMPREV).</p> <p>16- 1. Gerenciar e Supervisionar as ações a serem desenvolvidas na execução dos trabalhos constantes neste processo licitatório, bem como das ações a serem desempenhadas pela CONTRATADA através de seus consultores para o atendimento de exigências complementares que se interliguem com o objeto desta licitação. Consideram-se serviços complementares que se interligam com o objeto desta licitação, todos aqueles que direta ou indiretamente possam interferir na execução normal e regular do objeto desta licitação.</p> <p>b</p> <p>A execução dos serviços constantes neste item é de responsabilidade EXCLUSIVA da CONTRATADA</p> <p>17- II. Apoio a CONTRATANTE na regularização do credenciamento junto aos órgãos oficiais destinatários da petições a serem realizadas</p> <p>18-III. Regularização e modificações necessárias quanto ao acesso aos sistemas na</p> <p>12%</p> <p>Internet disponibilizados pelos órgãos oficiais destinatários das petições para facilitar a interação destes com os demais órgãos oficiais. (doze) por cento, do</p> <p>19. IV. Preenchimento de todos os formulários com as informações necessárias ao valor global encaminhamento das petições. Ou seja, preencher os documentos padrões exigidos com as informações necessárias e anexação dos demais documentos recuperado.</p> <p>exigidos.</p> <p>20- V. Digitalização de todos os documentos referente aos pleitos encaminhados.</p> <p>21- A CONTRATANTE, neste item, se obriga a fornecer cópia, à suas expensas, e de boa qualidade dos documentos exigidos pela Legislação e demais normas pertinentes que discipline o respectivo procedimento para solicitação.</p> <p>22- VI. Lançamento e envio de todos os pedidos de compensação de cada um dos servidores com os respectivos documentos digitalizados através da Internet.</p> <p>23- VII. Acompanhamento da análise dos pleitos e das informações enviadas pelo</p> <p>Município às instituições e de possíveis pendências, nesta fase, procedendo ao reenvio das informações solicitadas, se for o caso.</p> <p>24- VIII. Monitoramento dos pleitos com a verificação dos valores aprovados. levando se em consideração as informações prestadas quando do envio do requerimento.</p> <p>IX. Assessoria, antes, durante e após 3(três) meses da execução dos serviços. para esclarecimento de dúvidas com relação aos procedimentos de responsabilidade da Contratada relativos ao objeto do Edital.</p> <p>X. Capacitação dos Funcionários para o preenchimento de todos os formulários com as informações dos servidores que serão objeto desta licitação. A obrigação da CONTRATADA neste item se resumirá ao</p>	<p>11,5% do valor recuperado</p>



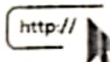
Praça Expedicionário Claudovino Madaleno, 25,
Centro, Inhaúma, CEP: 35763-000.



(31) 3716-4201 / (31) 3716-4202



comunicacao.prefeitura.inhauma@gmail.com
comunicacao@inhauma.mg.gov.br



http://www.inhauma.mg.gov.br/



	<p>encaminhamento dos requerimentos com as informações constantes no arquivo dos servidores de acordo com a exigência e modelo de requerimento de aposentadoria e pensão e certidão de tempo de serviço e contribuição, constante na PORTARIA MAS nº 6.209, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009</p> <p>XI. Treinamento de equipe técnica composta de servidores da CONTRATADA para organização, montagem, instrução e acompanhamento dos futuros requerimentos a serem enviados para a compensação após a extinção da presente contratação, ensinando a metodologia e as técnicas de trabalho.</p> <p>XII. Propositura de ações judiciais, em caso de descumprimento de obrigações institucionais ou imposição de empecilho ao bom andamento das atividades relacionadas diretamente ao objeto desta licitação por órgãos do governo federal ou estadual. Neste caso, é obrigação da contratada comunicar o fato a ser questionado na justiça à CONTRATANTE, e auxiliá-la com as informações</p> <p>XIII. Acompanhamento dos processos de revisão de concessão de aposentadoria junto ao Tribunal de Contas do Município para fins aperfeiçoamento do procedimento</p>	
--	--	--

3.2. **Condições de Pagamento:** O Município efetuará o pagamento 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo da Nota Fiscal acompanhada do Termo de Recebimento Definitivo expedido pelo servidor responsável, devendo a licitante proponente apresentar a Nota Fiscal acompanhada da certidão conjunta de tributos Federais e o Certificado de Regularidade de Situação do FGTS.

3.3. O servidor responsável pela conferência do objeto licitado, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:

4.1. O objeto desta licitação deverá ser executado no prazo total de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato administrativo, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município – www.diariomunicipal.com.br/amm-mg -, podendo ser prorrogado para atender ao interesse desta Casa, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

4.2. O prazo de Vigência do Instrumento de contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município – www.diariomunicipal.com.br/amm-mg -, podendo ser prorrogado para atender ao interesse do Município, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA QUINTA – CONTA BANCÁRIA: O valor restituído ao município será creditado na Conta Bancária:

Banco: Bradesco 237
Agencia: 1033
Conta: 50-7
CNPJ: 181161520001-10

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES ADMINISTRATIVAS: A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a execução do objeto deste instrumento, a ela



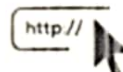
Praça Expedicionário Claudovino Madaleno, 25,
Centro, Inhaúma, CEP: 35763-000.



(31) 3716-4201 / (31) 3716-4202



comunicacao.prefeitura.inhauma@gmail.com
comunicacao@inhauma.mg.gov.br



<http://www.inhauma.mg.gov.br/>



adjudicado, sob pena de lhe serem aplicadas, mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa e o contraditório, as penalidades constantes nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 2002, cumuladas com as sanções abaixo descritas, não necessariamente na ordem:

- a) advertência;
- b) multa de 0,3% (três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, calculada sobre o valor Integral do contrato;
- c) multa de 10% (dez por cento), sobre o valor do instrumento de contrato;
- d) impedimento de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

6.1. Poderá ficar impedida de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais, a licitante proponente que durante todo o procedimento licitatório.

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento ou a procrastinação injustificada deste Pregão;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Fizer declaração falsa;
- e) Cometer fraude fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESCISÃO CONTRATUAL:

Constituem motivos para a rescisão deste instrumento de contrato todos aqueles elencados nos artigos 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, sem prejuízo da aplicação das penas constantes neste instrumento. A rescisão do contrato poderá ocorrer:

7.1. Por ato unilateral e escrito do Município, nos casos enumerados nos inciso I a XII e XVII do art. 78 da lei acima mencionada;

7.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste processo licitatório, desde que haja conveniência para o Município, ou,

7.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. Executar o objeto desta licitação, obedecendo rigorosamente às normas inerentes à atividade empresarial e instruções da fiscalização do Município.

8.2. Informar à fiscalização do contrato a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a execução do objeto desta licitação dentro do prazo previsto, sugerindo as medidas que melhor entender para corrigir a situação.

8.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital**, sob pena de rescisão do contrato administrativo.



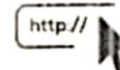
Praça Expedicionário Claudovino Madaleno, 25,
Centro, Inhauma, CEP: 35763-000.



(31) 3716-4201 / (31) 3716-4202



comunicacao.prefeitura.inhauma@gmail.com
comunicacao@inhauma.mg.gov.br



http://www.inhauma.mg.gov.br/



- 8.4. Não ceder ou transferir a terceiro, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório.
- 8.5. Responder pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados ao Município ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados.
- 8.6. Garantir a qualidade dos serviços objeto desta licitação.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

- 9.1. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade que venha a ocorrer durante a execução do instrumento de contrato;
- 9.2. Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;
- 9.3. Cumprir e fazer cumprir as cláusulas do presente contrato;
- 9.4. Efetuar o pagamento nas datas previstas neste instrumento;
- 9.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA, em relação ao objeto licitado;
- 9.6. Fiscalizar a execução do objeto contratado, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 9.7. Rejeitar o objeto deste contrato quando constatado a má qualidade ou em desconformidade com as especificações constantes no Termo de Referência;
- 9.8. Efetuar o recebimento provisório e definitivo do objeto contratado;

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS TRIBUTOS: O valor dos tributos e respectivas alíquotas incidentes sobre a execução do objeto contratado deverão ser discriminados na Nota Fiscal de forma detalhada e serão retidos pelo Município quando efetuar o pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – NOVAÇÃO E RENÚNCIA DE DIREITOS: O não exercício, por qualquer das partes aqui qualificadas, dos direitos que lhes são atribuídos neste instrumento de contrato não será considerado novação ou renúncia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CESSÃO/SUBCONTRATAÇÃO: A CONTRATADA não pode ceder, subcontratar e nem transferir, no todo ou em parte, o objeto deste processo e do futuro contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, nem ser executado em associação com terceiros, salvo com autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE, sob pena de aplicação de sanção e/ou de rescisão contratual.

12.1. Operações de fusão, cisão ou incorporação, realizadas entre a CONTRATADA e terceiros, deverão ser comunicadas à CONTRATANTE e, na hipótese de ficar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão contratual.

12.2. A CONTRATADA não pode ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos deste certame, salvo com autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE. Deverá constar obrigatoriamente da autorização prévia que a



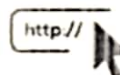
Praça Expedicionário Claudovino Madaleno, 25,
Centro, Inhaúma, CEP: 35763-000.



(31) 3716-4201 / (31) 3716-4202



comunicacao.prefeitura.inhauma@gmail.com
comunicacao@inhauma.mg.gov.br



http://www.inhauma.mg.gov.br/



CONTRATANTE opõe ao Cessionário dos créditos as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que os pagamentos ao Cessionário estarão condicionados ao preenchimento pelo Cedente, de todas as suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1. Os casos omissos neste instrumento contratual serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

13.2. Qualquer tolerância por parte da CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração das obrigações contratuais, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas do instrumento de contrato, devendo a CONTRATANTE exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

13.3. A contratação do objeto licitado não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a CONTRATANTE e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da CONTRATADA designadas para a execução do objeto contratado, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – LEI ANTICORRUPÇÃO E LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: A CONTRATADA ao celebrar o presente instrumento contratual reafirma que conhece e entende os termos da Lei Federal nº 12.846, de 2013 – Lei Anticorrupção -, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições desta Lei.

14.1. A CONTRATADA, por si e por seus administradores, diretores, funcionários, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome, se obrigam a conduzir suas práticas comerciais, durante a execução deste contrato administrativo, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, bem como se compromete a não dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem a Lei Anticorrupção.

14.2. Qualquer descumprimento da Lei Anticorrupção pela CONTRATADA, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará a rescisão imediata deste contrato administrativo, independentemente de qualquer notificação, sob pena do pagamento de multa equivalente a 50% do valor do contrato.

14.3. A licitante proponente com o protocolo dos envelopes contendo a proposta comercial e os documentos de habilitação reafirmam o efetivo interesse em participar do presente certame e, portanto, está assumindo que conhece e entende os termos da Lei Federal nº 12.846, de 2013 – Lei Anticorrupção -, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições desta Lei.

14.4. A licitante proponente, por si e por seus administradores, diretores, funcionários, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome, se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a realização do presente certame e na vigência do instrumento contratual, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, bem como se compromete a não dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do



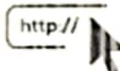
Praça Expedicionário Claudovino Madaleno, 25,
Centro, Inhaúma, CEP: 35763-000.



(31) 3716-4201 / (31) 3716-4202



comunicacao.prefeitura.inhauma@gmail.com
comunicacao@inhauma.mg.gov.br



http://www.inhauma.mg.gov.br/




governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem a Lei Anticorrupção.

14.5. Qualquer descumprimento da Lei Anticorrupção pela licitante proponente, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará a sua exclusão do presente certame licitatório e na ocorrência da execução do instrumento contratual será causa ensejadora de sua rescisão imediata, independentemente de qualquer notificação, sob pena do pagamento de multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO: Não obstante a boa fé das partes fica eleito o foro da Comarca de Sete Lagoas/MG para dirimir quaisquer questões oriundas da execução deste instrumento de contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos legais, juntamente com duas testemunhas que também o assinam.

Inhaúma/MG, 31 de julho de 2023.


Geraldo Custodio Silva Junior
PREFEITO DE INHAÚMA/MG

META TECNOLOGIA
TRIBUTARIA

EIRELI:01995108000124

Assinado de forma digital por
META TECNOLOGIA TRIBUTARIA
EIRELI:01995108000124

Dados: 2023.08.01 13:36:32 -03'00'

Djully Steffanny Ferreira
META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA EIRELI
CNPJ nº 01.995.108/0001-2

Testemunhas:

CPF nº:

CPF nº:



Praça Expedicionário Claudovino Madaleno, 25,
Centro, Inhaúma, CEP: 35763-000.



(31) 3716-4201 / (31) 3716-4202



comunicacao.prefeitura.inhauma@gmail.com
comunicacao@inhauma.mg.gov.br



http://www.inhauma.mg.gov.br/